

A história do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989: um método para discussão

Autores e Filiação institucional:

Maria Mello de Malta: coordenadora Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (LEMA) e Professora Adjunta do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ).

Rodrigo Castelo Branco: pesquisador do LEMA/IE/UFRJ, doutorando da Escola de Serviço Social e Professor do Centro Universitário Volta Redonda

Marco Antônio da Rocha: pesquisador do LEMA/IE/UFRJ e doutorando do Instituto de Economia da UNICAMP

Bruno Nogueira Borja: pesquisador do LEMA/IE/UFRJ e doutorando do Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional do IE – NEI /UFRJ.

Pablo Bielschowsky: pesquisador do LEMA/IE/UFRJ e Professor da Universidade Castelo Branco.

Resumo:

O presente trabalho se insere no projeto de retomada da sistematização do pensamento econômico brasileiro. O nosso objetivo é discutir um método para a organização da história do pensamento econômico brasileiro (HPEB) para o período 1964-1989. Passa-se então pelo debate nacional sobre abordagens para a produção de HPE, bem como pelo material já constituído como referência em HPEB. Nosso método surge, portanto, de uma articulação crítica entre estas contribuições e já parece aplicado para a leitura da produção do período 1964-1989.

Palavras-chave: Brasil, Método e História do pensamento econômico

Abstract:

The present work intends to be a part of the project of organization of the brazilian economic thought. We intend to discuss a method to proceed within the construction of brazilian history of economic thought (BHET) regarding the period 1964-1989. Our work is based on a debate of the approaches to HET in Brazil, and also on the referential material on BHET. Our method emerges from a critical articulation of those contributions and appear already applied to the works produced within 1964-1989.

Keywords: Brazil, Method e History of Economic Thought

Área 1: Metodologia e História do Pensamento Econômico

Sub- área: 1.2. História do Pensamento Econômico

Classificação JEL: B0; B29; B51

**A história do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989:
um método para discussão**

Maria Mello de Malta¹
Rodrigo Castelo Branco
Marco Antonio da Rocha
Bruno Nogueira F. Borja
Pablo Bielschowsky

"Jamais existe entre passado, mesmo passado longínquo, e tempo presente uma ruptura total, uma descontinuidade absoluta ou, se preferirem, uma não-contaminação. As experiências do passado não cessam de prolongar-se na vida presente, de a fecundar" (Fernand Braudel)

I. Introdução

Durante a década de 1980 foram produzidos os principais trabalhos que buscaram apresentar a hipótese de que existe uma história do pensamento econômico brasileiro (HPEB) para ser contada, configurando um projeto de recuperação do pensamento econômico nacional. As teses de doutoramento de Ricardo Bielschowsky e Guido Mantega, posteriormente publicadas como livros em 1988 e 1984, respectivamente, estabeleceram o marco fundacional desse projeto. O objeto de tais trabalhos era o pensamento brasileiro desenvolvido até o final dos anos 60. Após estas publicações nenhum outro autor ou equipe de pesquisa unificada sob um mesmo método produziu trabalhos dessa natureza.

Por outro lado, o interesse acadêmico sobre a produção científica nacional em economia se manteve aceso, dando espaço a uma linha de publicações. Em 2007 Tamás Szmerecsányi e Francisco de Oliveira Coelho organizaram um interessante trabalho sob o título de *Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo*. Este foi o mais recente de uma série de esforços no sentido de recuperar a pertinência do estudo o pensamento econômico produzido no país. Trabalhos como a série

¹ Maria Mello de Malta é coordenadora do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (LEMA) e Professora Adjunta do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ). Todos os co-autores são pesquisadores do LEMA.

Agradecemos, sem responsabilizar de nenhuma forma, à Professora Angela Ganem, aos Professores Claudio Salm, Ricardo Bielschowsky e Niemayer Almeida Filho por seus comentários ao trabalho, bem como aos estudantes Allan Mesentier, Camilla Poppe, Cristina Reis, Carla Curty, Fabio França, Laura Beraldo, Rodrigo Bonecini e Rodrigo Lima no auxílio à pesquisa. Finalmente agradecemos ao apoio financeiro do IPEA, em especial ao Projeto Catedras IPEA que recolocou o tema do desenvolvimento como um debate central para a pesquisa no Brasil.

*Conversas com Economistas Brasileiros*² e *50 anos de ciência econômica no Brasil*³ são títulos fundamentais nessa linha.

Outros projetos de recuperação do pensamento econômico brasileiro também podem ser observados no campo mais autoral, como se pode perceber pelas novas linhas editoriais que organizam e reapresentam as obras de autores como Celso Furtado, Ignácio Rangel e Ruy Mauro Marini.

No entanto consideramos que foi no bojo do crescente retorno da temática do desenvolvimento ao cenário das principais discussões nacionais, seja na arena política, seja no campo acadêmico, que se recolocou a necessidade de retomar um projeto de sistematização do pensamento econômico brasileiro, agora sob um mesmo método.

Nossa hipótese se relaciona com a idéia de que o tema do desenvolvimento é o organizador do pensamento e do debate econômico no país (Bielschowsky, 1988 e Mantega, 1984). Tomando a questão do desenvolvimento como ponto de partida propomos, neste trabalho, uma abordagem da HPE brasileiro (HPEB) produzida entre 1964 e 1989 que busque recuperar, sob uma mesma metodologia, os nexos de formação da própria ciência no país e de sua relação com a prática econômica.

O método em discussão neste artigo é baseado em Dobb (1977) e Rubin (1929), trabalhos que seguem uma longa tradição de HPE que se iniciou com *Teorias da Mais-Valia* de Karl Marx. A aplicação deste método ao pensamento brasileiro depende, porém, de uma organização conceitual e uma periodização que vão se inspirar em Bielschowsky (1988) e em Bielschowsky e Mussi (2005), mas possuem algumas nuances críticas importantes.

A discussão do esquema metodológico proposto constituirá a estrutura do presente trabalho, organizado em quatro seções além desta introdução e da conclusão. A primeira seção justifica a opção pelo tema do desenvolvimento como eixo organizador da produção intelectual dos economistas brasileiros entre 1964 e 1989. A segunda seção apresenta o marco de referência para a análise da HPEB, de forma a esclarecer a origem do debate proposto. A terceira seção discute e contextualiza, no debate brasileiro, o método universal de HPE recuperado por nosso grupo de autores. A quarta seção apresenta a periodização e a organização conceitual proposta para dar lugar ao método completo em discussão. Finalmente conclui-se com uma nova missão: historiografar o pensamento econômico nacional segundo o método proposto, com o intuito de

² Biderman, Cozac e Rego (1995) e Mantega e Rego (1999).

³ Loureiro (1997).

recuperar os temas e os sujeitos desse pensamento, como também a história dos debates teóricos e políticos que, mesmo partindo de matrizes ideológicas diversas (ou até mesmo por isso), foram a grande “estufa” para o florescimento das inovações do pensamento econômico no Brasil.

II. A questão do desenvolvimento como fundante da HPE brasileiro

As referências importantes sobre o pensamento econômico brasileiro são inúmeras, podendo ser separadas em três grupos principais. Um primeiro conjunto de trabalhos, que são em maior número, interpreta a obra de autores específicos, como são os casos do texto de Fanganiello (1970) sobre Roberto Simonsen, de algumas dezenas de trabalhos sobre Celso Furtado (por exemplo, a coletânea organizada por Iglesias, 1982, a coletânea organizada por Bresser Pereira e Rego, 2000 e a coletânea organizada por Sabóia e Carvalho, 2007) e vários trabalhos sobre Ignácio Rangel (por exemplo, a coletânea organizada por Mamigonian e Rego, 1998 e pela Editora Contraponto em 2005). Um segundo grupo, menos numeroso, é formado por algumas produções que tratam das interpretações sobre questões específicas, como no caso da reforma agrária (Carvalho, 1978) ou a da importância do intelectual no debate econômico (Barreiros, 2006). O terceiro grupo tem uma abordagem mais global e busca efetivamente produzir argumentos intelectuais que defendam a noção de que existe uma HPE propriamente brasileira a ser contada, como são os casos de Magalhães (1964 e 1981), Mantega (1984), Bielschowsky (1988), Biderman, Cozac e Rego (1995), Mantega e Rego (1999), Bielschowsky e Mussi (2002 e 2005).

Entre todos estes esforços de pesquisa destacamos os trabalhos seminais de Guido Mantega (1984) em *A Economia Política Brasileira* e de Ricardo Bielschowsky (1988) em *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo – 1930-1964*. Nestas obras o projeto de sistematização de uma HPEB aparece pela primeira vez como um objeto tratado com profundidade, usando cortes analíticos teoricamente fundamentados. Diferentemente do que fazem os trabalhos temáticos, os autores referidos preparam sua pesquisa para desvendar a estrutura da HPEB e encontram em seu cerne a questão do desenvolvimento. Desta forma, partindo de matrizes teóricas diferentes, Bielschowsky e Mantega constroem suas histórias do pensamento econômico brasileiro convergindo em um ponto principal: identificar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como organizadores do pensamento e do debate econômico no país.

Como dissemos, o argumento de cada um desses autores se estrutura a partir de métodos diferentes. Mantega (1984) parte de uma perspectiva com aportes da tradição marxista, sob a qual formula uma “árvore genealógica da economia política brasileira” (Mantega, 1984, p. 22) com base na construção de modelos teórico-políticos⁴. Todos esses modelos, organizados em torno de projetos de desenvolvimento propostos para o país, agrupariam os trabalhos dos principais economistas brasileiros.

Bielschowsky (1988), por sua vez, toma uma referência de base schumpeteriana, organizando seu trabalho em torno da noção de ciclos ideológicos. Sua concepção de ciclo ideológico está baseada na noção de história dos sistemas de economia política, conforme definida por Schumpeter, como a história de “um conjunto de políticas econômicas que os autores sustentam sob princípios normativos unificadores tais como o do liberalismo econômico e o do socialismo”. Esta concepção leva Bielschowsky a construir uma identificação do ciclo ideológico com um princípio normativo unificador dominante, que daria o significado histórico do pensamento econômico e que, no caso brasileiro, seria o desenvolvimentismo.

Ambos os autores, desta forma, construíram seus projetos de pesquisa indicando que a grande contribuição brasileira à HPE está nas questões relativas ao desenvolvimento econômico periférico, sob as quais se deram a criação da noção de dualidade estrutural e o debate sobre o conceito de subdesenvolvimento⁵. Sendo assim, o Brasil se insere no debate econômico internacional com um pensamento eivado de “cor local”, trazendo idéias originais para a discussão sobre a dinâmica capitalista. Neste sentido, acreditamos que estudar a HPEB é enfrentar a questão do desenvolvimento econômico, com suas determinações históricas específicas do subdesenvolvimento periférico.

III. O marco de referência na produção da HPEB

⁴ Na concepção de Mantega o pensamento econômico brasileiro torna-se economia política a partir da publicação de Formação Econômica do Brasil por Celso Furtado em 1959. Em suas palavras “após muitos anos de análises parciais e fragmentadas sobre este ou aquele aspecto da economia brasileira, vinha a público um trabalho de fôlego que, respaldado num sólido arcabouço teórico, procurava concatenar os vários aspectos da dinâmica do nosso sistema econômico” (Mantega, 1984, p. 11). Depois deste primeiro esforço mais sistemático vão se produzindo contribuições teóricas que poderiam ser agrupadas em modelos que representam as três principais correntes de pensamento brasileiro, quais sejam, Modelo Democrático-burguês, Modelo de Subdesenvolvimento Capitalista e o Modelo de Substituição de Importações.

⁵ É pelas mãos de autores brasileiros como Celso Furtado, Francisco de Oliveira e os marxistas da Teoria da Dependência como Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos que o subdesenvolvimento deixa de ser visto como uma fase anterior ao pleno desenvolvimento.

A união dos esforços de pesquisa de Mantega (1984) e Bielschowsky (1988) nos capacita delinear um mapa dos principais debates econômicos em torno da questão do desenvolvimento econômico entre 1930 e 1970, ainda que suas abordagens sejam distintas do ponto de vista metodológico. O esforço de pesquisa de Bielschowsky (1988) é inestimável e ainda que tenha como referência a história dos sistemas de economia política é um levantamento extenso de todo o material produzido que expressava o pensamento econômico brasileiro entre 1930 e 1964. Nossa proposta, então, é dar continuidade a tais trabalhos buscando, ao mesmo tempo, seguir adiante no estudo da HPEB e propor uma leitura teórica que tome, de maneira crítica, as referências das abordagens daqueles autores.

Conforme já mencionado, Bielschowsky (1988) estabelece como referencial o trabalho de Schumpeter (1964), no qual aparece como necessária a separação entre história da análise econômica, história dos sistemas de economia política e o que considera a história do pensamento econômico. Na concepção de Schumpeter, a história da análise econômica se refere à história da “evolução” dos modelos analíticos de base para a teoria econômica; a história dos sistemas de economia política considera a sequência temporal dos conjuntos de políticas econômicas que os autores sustentam sob princípios normativos unificadores; e finalmente a história do pensamento econômico seria “a soma total das opiniões e desejos referentes a assuntos econômicos, especialmente relativos à política governamental, que correm pelo espírito público em determinado tempo e espaço” (Schumpeter *apud* Bielschowsky, 1988, p. 6).

O caminho afirmado por Bielschowsky para construção de sua análise da história do pensamento econômico brasileiro é, porém, diferente daquele de Schumpeter. Apesar de aceitar a separação analítica do economista austríaco em seu trabalho sobre a história da teoria econômica, o autor de *Pensamento Econômico Brasileiro* reconhece que a história dos sistemas de economia política, e não a história da análise econômica, é o caminho mais frutífero para construir a sua obra. Agrega, porém, duas considerações: 1) parte do seu trabalho é organizar a história do pensamento econômico, no sentido que Schumpeter dá à expressão, pois boa parte da produção do período não possui compromissos acadêmicos; 2) toda reflexão econômica contém uma dimensão analítica, mesmo que esta não seja o foco principal, e seu interesse está relacionado com a necessidade de sistematizar os argumentos aplicados ao processo econômico.

Bielschowsky (1988) utiliza-se, então, da noção de ciclo ideológico, para unificar a produção do período de referência no que chama de “sistema desenvolvimentista”. O pensamento deste período não fora desenvolvido em círculos teórico-acadêmicos; ele foi essencialmente engajado politicamente na discussão do processo de industrialização brasileira. Desta forma, ele identifica cinco correntes de pensamento no Brasil – o neoliberalismo, o desenvolvimentismo via setor privado, o desenvolvimentismo via setor público nacionalista, o desenvolvimentismo via setor público não-nacionalista e o socialismo – definidas através de seus projetos econômicos básicos tomando como referência o conceito de desenvolvimentismo.

O desenvolvimentismo é definido por Bielschowsky (op. cit., p. 33) como o “projeto de superação do subdesenvolvimento através da industrialização integral, por meio de planejamento, e decidido apoio do Estado”. Os socialistas foram compreendidos como parte do ciclo ideológico desenvolvimentista porque comungariam dos elementos básicos do conceito. Eles, porém, consideravam que a superação do subdesenvolvimento só se viabilizaria por meio da revolução socialista. Os neoliberais consideravam que equilíbrio monetário e equilíbrio financeiro seriam suficientes para garantir a eficiência econômica (de mercado), equilíbrios que levariam o país ao desenvolvimento e apenas neste sentido aceitavam a intervenção estatal. Desta forma, do ponto de vista de Bielschowsky, os neoliberais e os socialistas estavam ao reboque da corrente principal desenvolvimentista, sendo pautados por ela.

Mantega (1984), por sua vez, busca argumentar que o trabalho de Celso Furtado do final dos anos 50 pode ser considerado o marco de fundação de uma economia política brasileira. Esta seria resultado de um embate ideológico entre duas frentes principais que defendiam interesses político-econômicos antagônicos do ponto de vista dos projetos para a economia brasileira. Liberais agraristas e desenvolvimentistas industrialistas – como Eugenio Gudin e Roberto Simonsen, respectivamente – construíram as duas linhas ideológicas mestras do debate. Havia ainda uma contribuição de tradição marxista crítica aos próprios termos do debate, que se aglutinava principalmente em torno do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Tal tradição identificava que a questão do desenvolvimento capitalista periférico se colocava de forma dependente e que o subdesenvolvimento era o papel que cabia à periferia do sistema. Na esteira deste debate os desenvolvimentistas cepalinos estabeleceram uma forte influência por meio da apresentação de uma teoria do desenvolvimento que daria o

estofo teórico necessário para questionar as teses dos liberais agraristas e fortalecer o argumento de Roberto Simonsen.

Seria da combinação destas influências que se originaria a economia política brasileira, entendida por Mantega como o lado não ortodoxo (não neoclássico) do debate sobre desenvolvimento. Esta área do debate daria lugar, já nos anos 60, a três importantes modelos de pensamento para o desenvolvimento brasileiro que seriam: a) o Modelo de Substituição de Importações, vinculado a autores como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e Ignácio Rangel e refletindo a influência da CEPAL, que destacaria os aspectos técnicos da questão do desenvolvimento; b) Modelo Democrático-Burguês, cujas fontes principais seriam o PCB e o ISEB nas figuras de Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães, que tinha o foco voltado para as questões políticas; e c) o modelo de subdesenvolvimento capitalista (André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos) que surgiria como uma crítica aos dois modelos anteriores tendo como referência as teses de Trotsky sobre a revolução permanente.

Do lado oposto a todas estas teses estavam os autores do *status quo* da época, e considerados por Mantega como contribuições que se organizam fora do campo da economia política. Porém, sua matriz liberal e neoclássica teve que ser adaptada, inicialmente, para uma necessidade muito grande de intervenção do Estado numa economia de subdesenvolvida como a brasileira e acabou gerando o que o autor chamou de Modelo de Desenvolvimento Brasileiro. Neste campo os nomes de destaque como herdeiros de Eugênio Gudín são Roberto Campos e Mario Henrique Simonsen.

Podemos concluir, a partir destes dados, que a proposta de Mantega (1984) era diferente daquela de Bielschowsky (1988). Mantega apresenta seu trabalho como uma análise da economia política brasileira que busca combinar o que seria, segundo a concepção de Schumpeter, a análise econômica e sistemas de economia política. Propõe, então, que os modelos analíticos do desenvolvimento brasileiro fossem o critério de recorte das “escolas” de pensamento brasileiras, nas quais, conseqüentemente, o conjunto das propostas de política para o desenvolvimento é o principal norte. O efeito desta escolha sobre o trabalho de Mantega é que o autor não identifica adequadamente as matrizes analíticas de seus “modelos” de economia política como fruto e reflexo de visões de mundo diferenciadas entre os autores. Bielschowsky, no entanto, deixa a questão analítica em segundo plano e identifica um único sistema de

economia política para o período em torno do conceito de ciclo ideológico do desenvolvimentismo, destacando correntes de pensamento, mas abrindo mão da noção de modelo ou de escola.

Ambos os trabalhos serão parte da nossa inspiração fundamental, porém, nos parece importante para situar nossa proposta metodológica no debate, esclarecer a nossa perspectiva sobre história do pensamento econômico em geral, sobre a HPEB, em particular, e suas principais controvérsias⁶.

IV. O debate sobre a produção de HPE no Brasil

De nosso ponto de vista, empreender um debate sobre questões referentes à história do pensamento econômico demanda que estabeleçamos, ainda que esquematicamente, a existência de diferentes abordagens para o tratamento da própria história do pensamento econômico e que definamos por qual caminho seguiremos.

A visão tradicional de HPE é estruturada em torno da idéia de que só existe uma linha teórica em economia, que hoje atinge seu mais alto grau evolutivo. Esta perspectiva defende a idéia de que, ao longo do tempo, o que se observa é uma acumulação progressiva do conhecimento econômico. Assim, constrói-se uma noção evolutiva da ciência econômica em que os autores seguem, ora mais ora menos consistentemente, o caminho para se chegar ao nível de desenvolvimento atual da análise econômica (Tolipan, 1988), o qual cristaliza no presente todos os desenvolvimentos teóricos anteriores (Arida, 1996) e representa seu ápice evolutivo.

Por sua vez, todo o debate crítico de HPE se estrutura em torno da noção de ruptura teórica (Malta, 2005). Esta noção levanta o fato de que o pensamento econômico se desenvolve sob a disputa de diferentes visões de mundo, que se descortinam em concepções analíticas diversas sobre o funcionamento da economia. Há na HPE rupturas brutais entre os métodos de análise teórica que se sucedem no tempo. Tais rupturas não implicam em qualquer superação em termos lógicos. Para além da identificação da ruptura no desenvolvimento da teoria econômica, a contribuição da HPE crítica está em, fundamentalmente, desmistificar a idéia de que a história do pensamento seria essencialmente uma avenida de mão única, partindo de conceitos

⁶ É importante ressaltar que consideramos que a sistematização do pensamento econômico brasileiro até 1964 já foi feita e está no trabalho dos dois autores mencionados nesta seção. Nada além de uma contribuição marginal adviria de refazê-la sob nossa proposta metodológica, por isso nos concentraremos em elaborá-la e aplicá-la ao período posterior àquele mencionado.

primitivos para chegar a conceitos mais sofisticados. Ao contrário, o que se estabelece é que a HPE seria uma história de controvérsias sob as quais florescem as contribuições científicas marcadas pela história e pela política (Nunes e Bianchi, 1999).

No contexto da primeira abordagem a HPE se torna uma curiosidade de eruditos, um relato conclusivo de “erros passados” e muitas vezes até “um apêndice incômodo que precisa ser neutralizado” (Tolipan, 1982). Sob a direção da segunda abordagem referida, fazer história do pensamento econômico é recuperar “o estímulo acadêmico à imaginação teórica e à crítica irônica do dogma e deve para isto analisar o modo de construção da ciência” (Tolipan, 1982, p. 10). Neste sentido, deve-se reconhecer que o novo mundo das idéias é apenas raramente mais que um comentário atual do velho. Como esclarecem Bianchi e Nunes (2002, p. 171), neste caso:

o pesquisador quer ir além do ponto de entender como as idéias econômicas se desenvolvem a partir de sua própria lógica interna. Ele quer conhecer os processos pelos quais certos significados são criados em ambientes sociais específicos. (...) Ele pensa o conhecimento científico como um tipo de produto social, e rende-se à importância de considerar as instituições que organizam este conhecimento.

Deste ponto de vista, romperemos com a noção tradicional de história do pensamento econômico (HPE) que enxerga o pensamento econômico a partir da idéia de que existe uma linha evolutiva em teoria econômica⁷.

Nossa abordagem para tratar o pensamento econômico brasileiro contrasta, portanto, com aquela encontrada tradicionalmente em Schumpeter (1964). A construção schumpeteriana separa o campo da ideologia do campo da análise, afirmando a idéia de que a teoria econômica pode ser esvaziada de uma visão de mundo sob a qual fora formulada. Na nossa perspectiva, referenciada em Dobb (1977), tal separação não pode ser sustentada. Nas palavras a seguir, Dobb (1977, p. 52) descreve a questão de fundo que nos parece essencial a ser retomada no estudo da HPE e que se apresenta bastante evidente para o caso brasileiro.

Para sermos breves diremos que a distinção que Schumpeter tentou estabelecer entre economia como análise pura e como visão do processo econômico, em que entram inevitavelmente tendências e matizes ideológicos, não pode ser sustentada, a menos que a primeira se limite à estrutura formal, unicamente de afirmação econômica, e não à teoria econômica como afirmação substancial sobre as relações reais da sociedade econômica; visto que na formulação desta última, e

⁷ Para a apresentação do debate sobre esta visão de história do pensamento econômico ver Ganem (2003), Malta (2005) e Tolipan (1998). Para uma apresentação mais tradicional ver Arida (1996).

no próprio ato de julgamento do seu grau de realismo, não pode deixar de entrar a intuição histórica, a perspectiva e a visão social.

Em nossa visão, o método mais eficaz para se pesquisar a história do pensamento econômico combina o estudo do período histórico de referência com um estudo da teoria econômica elaborada até então, de modo a compreender a produção intelectual resultante destas influências. Esta perspectiva, emprestada de Rubin (1929), tem como princípio o materialismo histórico, em contraponto com o idealismo hegeliano sob o qual seria possível existirem idéias provenientes do um “espírito absoluto”, sem a necessidade de uma base material que as originasse. As idéias de uma época são a expressão intelectual das relações sociais vigentes com todas as contradições e as influências herdadas da história, cuja dinâmica é dada fundamentalmente pela luta de classes.

V. Uma proposta de análise da HPEB

Influenciados por todos os autores já referenciados neste texto e ainda levando em consideração o método de construção da análise sobre o estado da economia política no final dos anos 80 realizado por Possas (1990), propomos que a HPEB, para o período posterior a 1964, seja analisada em nível teórico-analítico, histórico, político e ideológico de maneira integrada.

Segundo a nossa análise, não existe sistema de economia política que deixe de se organizar a partir de um sistema ideológico. Tais sistemas ideológicos são resultado de transformações históricas repletas de lutas políticas, que por sua vez são o contexto sob o qual se desenvolve, de uma forma ou de outra, um sistema analítico de referência.

Toda proposta de sistematização de história do pensamento econômico tem, a nosso ver, dois pontos de partida essenciais, após estabelecida a abordagem para a história do pensamento econômico que está em uso: 1) um corte conceitual organizativo e; 2) uma periodização de referência que se relaciona intimamente com este corte conceitual.

a) Organização conceitual

Conforme explicitamos ao longo de nosso argumento, consideramos que a noção que dá origem a uma boa base para a análise das controvérsias que constituíram a história do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989 é a noção de desenvolvimento.

Nossa observação inicial é que a questão do desenvolvimento povoou o pensamento da imensa maioria dos economistas do Brasil e que a maior parte dos debates do período em estudo têm como referência fundamental um projeto de desenvolvimento para o país.

É fato que os projetos em disputa são bastante diversos e que seus referenciais analíticos são variados e, em alguns casos importantes, bastante ecléticos. A variedade de abordagens e de projetos políticos influencia também os caminhos e os temas do debates.

Consideramos que desde os anos 60 o trabalho de Furtado, iniciado com *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* em 1961, recolocou em pauta a questão do desenvolvimento (já trazida a tona por Roberto Simonsen no debate dos anos 1940), constituindo-se em um marco conceitual para o pensamento posterior. Sua interpretação dos limites ao desenvolvimento no Brasil dos anos 60 relacionava o conceito de subdesenvolvimento com a dualidade da estrutura socio-econômica brasileira, que se expressava na fraqueza organizativa da classe trabalhadora dividida entre as formas modernas e arcaicas de produção coexistentes no país. Esta estrutura implicava em um distribuição de renda favorável às classes dominantes, gerando um padrão de demanda (tanto em termos de consumo, como em termos de investimento) que em pouco tempo levaria à estagnação. Assim, o trabalho de Furtado marca o pensamento econômico brasileiro com a pergunta que a história gritava: como superar os limites ao desenvolvimento do Brasil?

Nosso argumento é que a realidade política e econômica brasileira insumia o debate teórico de maneira expressiva. O mapa das controvérsias do período é pleno de interrelações temáticas e temporais. Neste sentido, elegemos algumas controvérsias centrais para organizar o estudo do pensamento da época, porém conscientes que todas elas são parte de um debate único, que tem como origem aquela formulação inicial de Furtado.

Inicialmente nos parece fundamental destacar o debate sobre a estagnação que marca o início dos anos 1960. Este tema forneceu o contexto para o confronto entre ortodoxos e heterodoxos no campo das interpretações sobre como evoluiria a organização e a expansão da economia brasileira. A hipótese do esgotamento do dinamismo do desenvolvimento industrial sustentado pela substituição de importações levou um grande grupo de intelectuais a avaliar que o Brasil se encontrava diante de uma situação de estagnação estrutural. Estruturalistas, neoliberais e marxistas

contribuíram para o debate principalmente pelas mãos de Maria da Conceição Tavares e José Serra, Roberto Campos e Ignacio Rangel.

As interpretações sobre um suposto processo de estagnação encontravam apoio em todos os campos. Furtado, com seu pensamento estruturalista, afirmava o processo de estagnação com base em uma visão da dinâmica do capitalismo brasileiro orientada por um modelo de crescimento com abundância de mão de obra. Esta explicação tem origem nos modelos de acumulação clássicos e no trabalho de Arthur Lewis (1955) e sob os quais convivem um processo de industrialização com níveis salariais ditados por padrões de consumo muito baixos da classe trabalhadora. Com base neste esquema a estagnação brasileira estaria explicada pela incapacidade do processo de desenvolvimento estabelecido criar um mercado socialmente integrado, dada a manutenção do padrão extremamente desigual na distribuição de renda.

Marxistas observavam o processo de perda de dinamismo do modelo de desenvolvimento brasileiro como uma expressão da tendência decrescente da taxa de lucro, que no fundo se relacionava com o aumento da composição orgânica do capital gerado pelo próprio modelo de industrialização adotado. Além disso, combinavam esta idéia com a escassez de oportunidades de investimento agravadas pela acentuada heterogeneidade da economia.

Os neoliberais brasileiros montavam uma explicação para a queda do dinamismo econômico já bastante influenciados por visões neoclássicas sobre o crescimento econômico. Até por conta de uma visão mais harmônica sobre a dinâmica distributiva, a certeza estava em que a questão da distribuição não se relacionava com problemas propriamente econômicos ou políticos. Deste modo, a questão estaria no crescimento da produtividade da força de trabalho

O aporte crítico estruturalista de Tavares e Serra (1971) indicava que a crise que acompanhava o esgotamento do modelo de substituição de importações era uma situação de transição para um novo esquema de desenvolvimento capitalista que fosse dinâmico e ainda assim reforçasse aspectos do modelo anterior, como a concentração de renda e o atraso de certos subsetores quanto aos níveis de produtividade. Deste modo, traziam para o debate uma visão do desenvolvimento econômico em que a dinâmica era dada pela demanda agregada e sua expressão social teria relação com a definição da estrutura da demanda que lideraria o processo.

Dado que no período imediatamente subsequente a este debate sobre estagnação a economia brasileira recuperou seu dinamismo, tal controvérsia foi subsumida por

outras expressões das diversas interpretações sobre a economia brasileira. A principal herdeira do embate anterior foi controvérsia da distribuição de renda. O debate da distribuição de renda contou com mais dois aportes teóricos importantes: 1) as discussões sobre os modelos de crescimento heterodoxos e seus limites interpretativos e; 2) a teoria do capital humano para justificar a má distribuição de renda resultante do processo de acumulação sob o regime militar. Cada uma destas questões representava uma perspectiva diferente para o desenvolvimento econômico nacional. Boa parte da complexidade do debate foi organizada em Tolipan e Tinelli (1975) onde está o material produzido na contra-corrente da explicação oficial (Langoni, 1973) para os resultados de piora na distribuição de renda captados no Censo de 1970.

Contrapondo-se aos próprios termos do debate em curso, uma outra controvérsia tomou conta da intelectualidade brasileira: a conceituação de subdesenvolvimento. O debate sobre subdesenvolvimento se abre em duas vertentes principais. A primeira se expressava na contestação do próprio conceito de subdesenvolvimento de Furtado, indicando que a dualidade estrutural componente deste conceito impedia a captação precisa da dinâmica de funcionamento da economia brasileira (Oliveira, 1972). Tal interpretação tinha como referência o debate corrente no pensamento marxista que via uma funcionalidade para o próprio capitalismo da manutenção da heterogeneidade estrutural. Mais que isso, identificava na estrutura capitalista subdesenvolvida uma dinâmica que se sustentava desta heterogeneidade e a retroalimentava. Sendo assim, não existia a possibilidade de se pensar a superação do subdesenvolvimento dentro dos marcos do capitalismo. A segunda vertente via de fato o subdesenvolvimento como algo distinto do desenvolvimento e não apenas como uma fase anterior deste mesmo processo. Porém, a forte influência da análise keynesiana identificava a possibilidade do subdesenvolvimento ser superado por um via reformista dentro do próprio sistema capitalista, caso o Estado assumisse um papel mais protagônico no processo.

Os anos 70 têm os debates supracitados como os principais norteadores da produção científica em economia no Brasil. Nos anos 80, porém, a crise da dívida e a aceleração do processo inflacionário levaram a introdução do tema da inflação como fundamental para responder a velha questão de Furtado sobre como superar os limites para o desenvolvimento brasileiro.

Na entrada da década de 80, o aumento da taxa de juros americana, a recessão mundial que a sucedeu e a crise da dívida dos países latino-americanos trouxeram uma nova roupagem para o debate do desenvolvimento. Os economistas da tradição

neoclássica tiraram da algibeira mais um aporte teórico para interpretar o processo inflacionário brasileiro. Os economistas brasileiros do *stauts quo* retomaram as interpretações ortodoxas da inflação defendendo um rigoroso ajuste fiscal, corte nos gastos correntes e nos investimentos que não tivessem prioridade, visando a melhoria da conta de transações correntes e o controle do processo de endividamento externo. A interpretação por trás deste receituário era de que a inflação era de demanda. Do outro lado, economistas estruturalistas adaptaram a análise da inflação já feita para a economia chilena para um esquema que se aplicasse melhor ao caso brasileiro. No Brasil não era uma estrutura agrícola fundamentalmente arcaica que determina uma impossibilidade de suprir as cidades de alimentos, implicando em um aumento estrutural de preços. A inflação brasileira, porém, também tinha uma origem de custos sob esta perspectiva⁸. Os estruturalistas, então, identificavam que a política de desvalorização cambial sistemática era o principal gatilho da inflação, porém esta mesma política era aquela que buscava sanar o problema da restrição externa que estava posto para o país. Vale ressaltar que ambos os lados traziam explicações para o componente inercial da inflação brasileira associado à indexação.

O debate sobre inflação refletia não apenas visões teóricas distintas sobre a questão da moeda, mas também tinha em sua origem as concepções sobre desenvolvimento bastante diferentes. Desta forma, o debate sobre a inflação foi concomitante com o debate sobre a crise que toma a forma de propostas para solucionar a quebra na dinâmica do crescimento brasileiro experimentada na década de 80.

Assim, ao longo dos últimos anos da década de 80 a crise econômica motivou uma série de reflexões sobre a natureza e saída da crise. Visões da construção da eficiência por meio de um Estado mais leve, que se endividasse menos e fosse menos corrupto e uma abertura comercial que pudesse dar um “choque de capitalismo” (Covas, 1989) no Brasil, conviviam com um projeto de retomada da construção dos setores necessários para a completude do ciclo endógeno de acumulação no país, liderado por investimento estatal e no qual o elemento do progresso técnico passava a ser fundamental para pensar a saída da crise (Tavares, 1978).

Acreditamos que com isso mapeamos os principais temas controversos que traçaram o perfil do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989. Desta forma

⁸ Uma importante influência crítica neste debate foi Ignácio Rangel que apresentou uma interpretação heterodoxa bastante particular do processo inflacionário brasileiro, em plenos anos 1960, no livro *A Inflação Brasileira* de 1963.

encontraremos nos debates sobre estagnação, distribuição de renda, subdesenvolvimento, inflação, endividamento externo e interno a essência teórica, política e ideológica que em disputa na constituição do pensamento econômico brasileiro, sob o norte da questão do desenvolvimento econômico. Tais subtemas, então, nos auxiliam a identificar os principais grupos participantes no debate e nos possibilitam avaliar quais eram seus referenciais analíticos na construção de sua produção intelectual.

b) Justificativa de periodização

Tendo explicitado o desenvolvimento econômico e suas controvérsias como referência conceitual, é importante fundamentar nosso corte temporal para o debate. Bielschowsky e Mussi (2005, p. 2) nos oferecem uma periodização interessante, que constitui nossa referência para discussão.

A periodização que aqui utilizamos para descrever o movimento das idéias sobre desenvolvimento econômico no Brasil consiste em três grandes fases, por sua vez compostas de subperíodos. As duas primeiras fases pertencem ao que podemos denominar de ‘era desenvolvimentista’, que se estende aproximadamente de 1930 a 1980. Nesses cinquenta anos, o pensamento desenvolvimentista descreveu dois ciclos, um que vai até 1964 – o ‘ciclo original’ – e outro que vai daí até 1980 – o ‘ciclo desenvolvimentista no regime autoritário’. (...) A terceira fase se inicia por volta de 1980 e se estende até hoje. Trata-se da ‘era da instabilidade macroeconômica inibidora’, de baixo crescimento (...) e forte instabilidade macroeconômica, que obstaculizaram o pensamento sobre crescimento e desenvolvimento. O que predominou, nesse período, foi o debate sobre as ‘restrições ao crescimento’ – inflação, endividamento externo, dívida pública, taxas de juros, etc.

Nossa periodização segue a linha de Bielschowsky e Mussi (2005) e a amplia propondo um prolongamento do que chamam de “segundo ciclo desenvolvimentista” para o final da década dos 80. Nossa proposta busca também unificar os dois ciclos ideológicos, identificados pelos autores, em um único ciclo que está no auge exatamente no ano de 1964, quando começa sua inflexão do ponto de vista político, abrindo para uma leitura possível de decadência ideológica do desenvolvimentismo. Para nós o ciclo ideológico desenvolvimentista, entendido como o período em que todas as correntes de pensamento eram pautadas pelos desenvolvimentistas, se inicia em 1930 e termina em 1989⁹.

⁹ Sobre a origem do desenvolvimentismo ver Fonseca (2004)

De fato, o que está definido em Bielschowsky e Mussi (2005) como o primeiro ciclo desenvolvimentista corresponde ao período de consolidação e auge do pensamento desenvolvimentista original, incorporado nos estudos da CEPAL e o ISEB e na defesa da industrialização do país, a partir do financiamento do Estado nacional em parceria com a burguesia nacional. Neste período, a CEPAL e o ISEB começaram um processo intelectual de formulação teórica das condições estruturais do subdesenvolvimento periférico, com ênfase nas especificidades da América Latina.

Até aproximadamente 1960, o nacional-desenvolvimentismo gozou de enorme prestígio intelectual e político na América Latina, sendo considerado o pensamento hegemônico à época. O modelo de desenvolvimento preconizado pelos desenvolvimentistas, baseado fundamentalmente na industrialização, não alcançou, todavia, os resultados esperados em termos, por exemplo, da autonomia nacional e da modernização dos setores econômicos e sociais mais atrasados da região.

É nesta época que o pensamento econômico conservador emerge com força nos debates ideológicos nacionais e, junto com o golpe militar de 1964, são alçados ao comando do Estado e passam a postular novos rumos para o desenvolvimento econômico brasileiro. Neste contexto, os projetos de estabilização e crescimento econômico propostos por Roberto Campos, Antonio Delfim Netto, Mario Henrique Simonsen e João Paulo Reis Velloso (Campos e Simonsen, 1974 e 1975; Velloso, 1978) ganham o espaço público, porém ainda se justificam no bojo do projeto desenvolvimentista, já definido anteriormente como o projeto de superação do subdesenvolvimento através da industrialização integral, por meio do planejamento, e decidido apoio do Estado. Assim, ainda que a abordagem teórica de base e o construto ideológico de referência tenha sido modificado, em um novo contexto político, o tema do desenvolvimento permanecia na agenda brasileira, inclusive adaptando as teorias liberais para as necessidades da realidade brasileira.

Nos termos de Campos e Simonsen, emerge uma nova economia brasileira, mais dinâmica do ponto de vista da complementação do parque industrial nacional e das altas taxas de crescimento econômico, dando origem ao chamado “milagre econômico”. Em oposição a esta formulação floresce uma rica bibliografia de caráter crítico ao modelo de acumulação capitalista implantado pelo regime militar a partir do golpe de 64. Esta crítica ao que diversos autores chamam de Capitalismo Monopolista de Estado partiu de dentro e de fora do país, por meio da Teoria da Dependência (Cardoso e Falletto, 1977; Frank, 1969 e 1973; Marini, 1969; Santos, 1967 e 1970), em espaços como a escola de

sociologia da USP e posteriormente o CEBRAP, onde o debate se desenvolveu incorporando interpretações como as de Singer (1977) e de Francisco de Oliveira (1972). Além destes, podemos incluir autores que mais tarde fundariam a Escola de Campinas e o Instituto de Economia Industrial da UFRJ (Castro, 1971; Lessa, 1978; Tavares, 1976 e 1998; Tolipan e Tinelli, 1975).

A crise internacional que vai se configurando a partir de final dos anos 1970, impulsionou um balanço sobre as peculiaridades do desenvolvimento capitalista e as características estruturais da economia brasileira. Por outro lado, a mesma crise permitiu que as correntes críticas ao modelo de desenvolvimento instaurado pelo golpe militar, que também carregava a bandeira desenvolvimentista, ganhassem prestígio no debate. Assim, o espraçamento progressivo do ambiente de crise no Brasil facultou a criação de uma relação entre suas formas de manifestação (por exemplo, inflação, restrição externa) e as distorções criadas pelas opções políticas adotadas na execução do processo de industrialização brasileiro, principalmente no tocante ao II PND.

Nosso entendimento é que durante os anos 1980, a despeito da queda nas taxas de crescimento e da configuração progressiva de limites ao desenvolvimento econômico latino-americano por conta da crise da dívida e da desaceleração do crescimento mundial, permanece no Brasil o pensamento sobre desenvolvimento como um elemento de coesão do movimento de redemocratização em sua estratégia para o país. Claramente há um questionamento progressivo do projeto ideológico desenvolvimentista, especialmente após a inflexão sofrida com o golpe militar de 1964. Porém, do ponto de vista das formulações econômicas na academia e na política, o desenvolvimento permaneceu sendo a principal referência para os debates.

Conforme Fiori (1995), “nos dois primeiros anos no governo Sarney ainda acreditava-se na possibilidade de manter a mesma estratégia de crescimento industrial até então vigente, agora comandada democraticamente por uma nova coalizão política, capaz de corrigir o seu viés profundamente anti-social” (Fiori, 1995, p. x). Neste sentido, a desorganização da via desenvolvimentista de industrialização foi dada pelo processo de endividamento progressivo do Estado, caracterizado de forma definitiva nos últimos anos do governo Sarney. O plano Cruzado de 1986 e a Constituição de 1988 seriam, assim, os últimos suspiros do desenvolvimentismo como um projeto ideológico dominante.

Desde o início dos anos 1980 abriu-se uma conjuntura de crise nacional e internacional que acabou criando um momento de refluxo do pensamento sobre

desenvolvimento. Este refluxo só se completou, porém, no final da década de 1980 mas expandiu seus limites pelos anos 1990.

A pausa aparente do pensamento sobre desenvolvimento na verdade reflete o momento de declínio ideológico do desenvolvimentismo. Neste momento se afirma uma postura intelectual de entender as potencialidades e problemas da economia brasileira como uma mediação necessária para a superação da crise para a recuperação do debate sobre um desenvolvimento econômico “legítimo”. Portanto, a crise ajudou a criar uma agenda de consenso sob a qual se supunha que qualquer desenvolvimento econômico requeria condições mínimas de funcionamento das instituições econômicas, como a moeda ou o sistema de preços relativos, bem como estabeleceu que a superação da crise e a retomada do desenvolvimento estavam intimamente ligadas entre si.

Neste período, as duas escolas que mais se destacam no debate e na condução das políticas econômicas, a chamada Escola de Campinas e o Departamento de Economia da PUC-Rio, são ilustrativas desta transformação no debate sobre desenvolvimento econômico. Ambas partem do diagnóstico da crise como resultado da conjunção das turbulências no sistema financeiro mundial – que culminam com a alta dos juros norte-americanos –, e das “distorções” criadas pelas características estruturais do modelo de desenvolvimento brasileiro.

A proposta da PUC-Rio de um novo diagnóstico estrutural da inflação enquadra-se como um bom exemplo. O diagnóstico parte da constatação da peculiaridade da inflação brasileira, isto é, seu componente inercial – hipótese já levantada por Simonsen (Campos e Simonsen, 1974). Ao mesmo tempo tal diagnóstico relaciona o componente inercial com a forma como o sistema responde aos “impasses sociais” criados pelo conflito distributivo (Resende, 1979), e com a forma como os choques externos são absorvidos pelo sistema (Modiano, 1984; Lopes, 1984). As propostas de superação da crise para retomada das condições de desenvolvimento são pensadas a partir do combate às manifestações do conflito distributivo expressas na criação dos mecanismos de indexação (Resende, 1984) e no descontrole do déficit público (Fraga Neto, 1987).

A Escola de Campinas, que havia se constituído também como corrente crítica ao modelo de desenvolvimento adotado após o golpe, diagnostica igualmente a crise como resultado das distorções do sistema. O argumento é estruturado no sentido de que as manifestações da crise representam o aprofundamento das contradições do padrão de desenvolvimento implementado pelo golpe. Deste modo, após 1964, o crescimento econômico brasileiro passa a ser baseado na crescente iniquidade de distribuição de

renda, na dinâmica do setor de bens de consumo duráveis e no sobreendividamento do setor privado (Tavares, 1976; Tavares, 1978; Belluzzo e Coutinho, 1983). A superação da crise passava, portanto, pela reformulação do modelo de desenvolvimento econômico brasileiro que gerou estudos sobre a estrutura produtiva brasileira (Coutinho e Ferraz, 1994; Possas, 1996).

Observamos, porém que durante os anos 1990, notadamente marcados pelo neoliberalismo, o debate ideológico sobre o desenvolvimento econômico de certo modo arrefeceu. O protagonismo do debate foi assumido pelos temas da inserção externa do Brasil, da estabilização monetária, do controle fiscal e da reforma do Estado sob o primado da perspectiva neoclássica sobre o funcionamento da economia. Ainda que do ponto de vista retórico o desenvolvimento se mantivesse na agenda política nacional¹⁰, tornou-se tímida na arena política e/ou acadêmica a controvérsia sobre modelos de desenvolvimento alternativos para o país. Os anos 1990 foram efetivamente os anos da hegemonia da máxima “*there is no alternative*” do ponto de vista da construção de um modelo brasileiro de desenvolvimento. Por este motivo, nós identificamos apenas na entrada dos anos 90 o verdadeiro fim do ciclo ideológico desenvolvimentista, pois nos anos 80, ainda que em crise, foi o desenvolvimentismo que continuou a dar o ritmo do debate nacional.

c) Articulação do método:

Podemos afirmar então que o método que propormos implica em uma redefinição da dinâmica de construção do pensamento econômico nacional em relação aos trabalhos seminais produzidos em HPE. Sob nossa perspectiva a história, a ideologia, a política e a análise teórica são elementos que por serem umbilicalmente conectados precisam ser articulados simultaneamente na definição dos conceitos e da periodização necessários para se construir o recorte de estudo da história do pensamento econômico.

No caso brasileiro isto vai implicar na necessidade de explicitação da utilização de determinadas teorias como justificativas ou como base para a construção das orientações políticas seguidas, cujo entendimento é essencial para a compreensão do modelo de desenvolvimento sob o qual se estrutura o debate e a prática econômica nacional.

¹⁰ Exemplos deste destaque retórico são os discursos do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, que se pronunciaram sobre o tema no primeiro mandato da gestão FHC com duas importantes intervenções políticas e acadêmicas no debate (Cardoso, 1995; Franco, 1998)

O pensamento econômico no Brasil é sem dúvida marcado pela questão do desenvolvimento. Este traço é tão forte em nossa produção que seu desaparecimento como tema central merece o *status* de ruptura e abre a necessidade de uma análise diferenciada. Supomos que utilizando o mesmo método, ou seja, identificando um tema central sob o qual se organizaram as controvérsias, analisando o contexto histórico e ideológico, refletido em larga medida nos desenvolvimentos teóricos do período, poderemos sempre enfrentar a tarefa de historiografar o pensamento econômico brasileiro.

VI. Conclusão

O método que propomos para analisar a história do pensamento econômico brasileiro pretende fornecer uma ampliação das perspectivas já existentes para a sistematização da HPEB na medida em que inclui, para além das questões ideológicas e de filiação teórica, aquelas de fundo teórico-analítico, indicando ainda como norte fundamental a questão do desenvolvimento.

Espera-se com este procedimento um enriquecimento crítico do debate de HPE no Brasil e da própria HPEB, colocando a história do pensamento econômico, bem como a produção intelectual sobre economia no Brasil, no espaço da discussão teórica.

A urgência desse projeto se justifica pela retomada progressiva do debate sobre desenvolvimento a partir do final dos anos 1990 indicando uma tendência, reforçada ao longo da década atual, de revigorar as idéias desenvolvimentistas. Sendo assim, consideramos que quase vinte anos depois do fim da “era desenvolvimentista” não apenas chegou “a hora em que alça seu vôo a coruja – Pássaro de Minerva”, como diria Fiori (1995) em referência à Hegel, mas também já se estabelecem as necessidades práticas de revisão, sistematização e análise da história do pensamento econômico brasileiro do para o período entre 1964 e 1989, especialmente como um estudo das raízes políticas e econômicas do debate atual.

Referências Bibliográficas:

- ARIDA, Pêrsio (1996); A história do pensamento econômico como teoria e retórica. In José Marcio Rego (org.), Retórica na Economia. São Paulo: Editora 34.
- ARTHUR, Lewis, William (1955); The Theory of Economic Growth. Illinois: Homewood.

- BARREIROS, Daniel (2006); Estabilidade e crescimento: a elite intelectual moderno-burguesa no ocaso do desenvolvimentismo (1960-1969), tese de doutorado, departamento de história, Universidade Federal Fluminense.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga & COUTINHO, Renata (1983); Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise, volumes 1 e 2. São Paulo: Editora Brasiliense.
- BIANCHI, Ana Maria e NUNES, Rubens (2002); Ainda sobre os conceitos de paradigma e cânon como instrumentos de reconstrução da história do pensamento econômico in Revista Econômica vol.4, nº2, dezembro de 2002, Niterói.
- BIDERMAN, Ciro, COZAC, Luis Felipe e REGO, José Marcio (1995); Conversas com economistas brasileiros. São Paulo: Editora 34.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo (1988); Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento. IPEA/INPES, Rio de Janeiro.
- _____ (1991); Ideologia y Desarrollo. In: Revista de la CEPAL, dezembro de 1991, n. 45.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.) (2000); Cinquenta anos de pensamento na CEPAL, volumes 1 e 2. Rio de Janeiro: Record.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo e MUSSI, Carlos (orgs.) (2002); Políticas para a retomada do crescimento: reflexões de economistas brasileiros. Brasília: IPEA; CEPAL.
- _____ (2005); O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005. Texto preparado para o Seminário “Brasil-Chile; uma mirada hacia América latina y sus perspectivas, Santiago de Chile, Julho de 2005.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos e REGO, José Márcio (2001); A grande esperança em Celso Furtado. São Paulo: Editora 34.
- CAMPOS, Roberto e SIMONSEN, Mario Henrique (1974); A nova economia brasileira. Rio de Janeiro: APEC.
- CAMPOS, Roberto e SIMONSEN, Mario Henrique (1975); Formas criativas de desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: APEC.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1995); Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos. In: Revista de Economia Política, vol. 15, nº4, outubro-dezembro de 1995.
- CARDOSO, Fernando Henrique e FALLETTO, Enzo (1977); Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. 4ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

- CARDOSO, Miriam Limoeiro (1978); Ideologia do desenvolvimento: Brasil:JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CARNEIRO, Ricardo (2004); Desenvolvimento revisitado, in http://www.desempregozero.org.br/artigos/o_desenvolvimento_revisitado.php. acesso em 02 de abril de 2004.
- CARVALHO, Fernando Cardim de (1978); Agricultura e questão agrária no pensamento econômico brasileiro, (1950-1970), Campinas, São Paulo, Tese de mestrado, Unicamp/IFCH, mimeo.
- CASTRO, Antônio Barros; POSSAS, Mario Luiz & PROENÇA, Adriano. (1996); (organizadores), Estratégias Empresariais na Indústria Brasileira: discutindo mudanças. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- COUTINHO, Luciano & FERRAZ, João Carlos (1994); Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira, Campinas, Ed. UNICAMP/Papirus .
- COVAS, Mario (1989); Compromisso com a democracia, a justiça e o desenvolvimento, discurso no Senado Federal, 28/06/89 .
- DOBB, Maurice (1977); Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith. Lisboa: Editorial Presença e Martins Fontes.
- FANGANIELLO, Helena (1970); Roberto Simonsen e o desenvolvimento econômico. São Paulo, 1972. Mimeo. Tese de mestrado, USP/FEA.
- FIORI, José Luís (1995); O vôo da coruja: para reler o desenvolvimentismo brasileiro. Rio de Janeiro: Eduerj.
- FONSECA, Pedro Durta (2004); Gênese e Precusosres do Desenvolvimentismo no Brasil, in Revista Pesquisa & Debate do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, Departamento de Economia da PUCSP, SP, Volume 15, n. 2 (26), pp. 225-256, 2004.
- FRAGA NETO, Armínio. (1987). Problemas do controle monetário no Brasil. Texto para Discussão nº156, Rio de Janeiro: Departamento de Economia, PUC-RIO.
- FRANCO, Gustavo (1998); A inserção externa e o desenvolvimento. In: Revista de Economia Política, vol.18, nº3, julho-setembro de 1998.
- FRANK, Andre Gunder (1969); Capitalism and Underdevelopment in Latin America: historical studies of Chile and Brazil. New York: Monthly Review.
- _____(1973); Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano. In: Luiz Pereira (org.); Urbanização e subdesenvolvimento. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

- FURTADO, Celso (1961); Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- GANEM, Angela (2003); A teoria e o método no espelho da história In: Corazza, Gentil (org.), Métodos da Ciência Econômica, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- GANEM, Angela e TOLIPAN, Ricardo (2000); A formação do Economista no Brasil: o papel atual do ensino de Pós-graduação. Relatório de Pesquisa, Rio de Janeiro, mimeo.
- LANGONI, Carlos Geraldo (1973); Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil, Rio de Janeiro: Ed. Expressão e Cultura.
- LOUREIRO, Maria Rita (org.) (1997); 50 anos de ciência econômica no Brasil: pensamento, instituições e depoimentos. Petrópolis: Vozes.
- MALTA, Maria (2005); Controvérsias sobre a teoria da acumulação de James Steuart, Tese de doutorado, UFF, Niterói: mimeo.
- MAMIGONIAN, Armen e REGO, José Marcio (1998); O pensamento de Ignácio Rangel. São Paulo: Editora 34.
- MANTEGA, Guido (1984); A economia política brasileira. São Paulo: Polis; Petrópolis: Vozes.
- MANTEGA, Guido e REGO, José Marcio (1999); Conversas com Economistas Brasileiros II. São Paulo: Editora 34.
- MARINI, Ruy Mauro (1969); Subdesarrollo y revolución. México: Siglo Veintiuno Editores.
- MARX, Karl (1905) [1987]; Teorias da Mais-valia: história crítica do pensamento econômico. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro.
- MEDEIROS, Carlos (2001); Instituições, Estado e mercado no processo de desenvolvimento econômico. In: Revista de Economia Contemporânea, vol.5, nº1, janeiro-junho de 2001. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia.
- MODIANO, Eduardo (1984); Salários, preços e câmbio: os multiplicadores dos choques numa economia indexada. Texto para Discussão nº70, Rio de Janeiro: Departamento de Economia, PUC-RIO.
- NUNES, Rubens e BIANCHI, Ana Maria (1999); Duas maneiras de contar a história do pensamento econômico. In: Revista de Economia Contemporânea, nº5, janeiro-junho de 1999. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia.
- OLIVEIRA, Francisco (1972). A economia brasileira: crítica à razão dualista, in Estudos Cebrap nº 2, São Paulo.

- POSSAS, Mario (1990); A economia política no Brasil hoje in Revista de Economia Política, vol. 10, nº 2, abril/junho de 1990.
- POSSAS, Mario (1996); "Competitividade: fatores sistêmicos e política industrial - implicações para o Brasil", in CASTRO, A. B.; POSSAS, M. L. & PROENÇA, A. (organizadores), Estratégias Empresariais na Indústria Brasileira: discutindo mudanças. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- RANGEL, Ignácio (2005); Obras reunidas, volumes 1 e 2. Rio de Janeiro: Contraponto.
- RESENDE, Andre Lara (1979); Incompatibilidade distributiva e inflação estrutural. Texto para Discussão nº1, Rio de Janeiro: Departamento de Economia, PUC-RIO.
- _____ (1984); A moeda indexada: uma proposta para eliminar a inflação inercial. Texto para Discussão nº75, Rio de Janeiro: Departamento de Economia, PUC-RIO.
- RODRÍGUEZ, Octavio (1981); Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- RUBIN, Isaac (1929) [1989]. A history of economic thought. Londres: Pluto Press.
- SABOIA, João e CARVALHO, Fernando Cardim de (orgs.) (2007); Celso Furtado e o século XXI. Rio de Janeiro: Instituto de Economia/UFRJ e Barueri: Manole.
- SANTOS, Theotonio dos (1967); El Nuevo carácter de la dependencia. Santiago: Centro de estudios Socio-Economicos, Universidad de Chile.
- _____ (1970). Dependencia y cambio Social. Santiago: Centro de estudios Socio-Economicos, Universidad de Chile.
- SCHUMPETER, Joseph (1964); História da análise econômica, três volumes. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.
- SINGER, Paul (1977); A crise do "milagre": interpretação crítica da economia brasileira. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____ (1981); Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição da renda no Brasil. Rio de Janeiro; Paz e Terra.
- SZMRECZANYI, Tamás e COELHO, Francisco da Silva (orgs.) (2007); Ensaios de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo. São Paulo: Atlas.
- TAVARES, Maria da Conceição (1976); Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira. 5ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- _____ (1978); Ciclo e Crise: o movimento recente da industrialização brasileira. Rio de Janeiro: Trabalho apresentado como Tese para o concurso de Professor Titular à Faculdade de Economia e Administração da UFRJ.

- _____ (1998); *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas: Unicamp.
- TAVARES, Maria da Conceição e SERRA, José (1973); *Além da estagnação*. In: *Da substituição de importações ao Capitalismo Financeiro*. Maria da Conceição Tavares. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- TAVARES, Maria da Conceição e BELLUZZO, Luiz Gonzaga (1982); *Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil*. In: Luiz Gonzaga Belluzzo e Luciano Coutinho (orgs.); *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- TOLEDO, Caio Navarro de (org.) (2005); *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan.
- TOLIPAN, Ricardo (1982); *A necessidade do pensamento econômico: IE/UFRJ. Texto para Discussão nº 3*, Rio de Janeiro.
- _____ (1988); *A ironia na história do pensamento econômico*, tese de professor titular da FEA/UFRJ, mimeo.
- TOLIPAN, Ricardo e TINELLI, Arthur (orgs.) (1975); *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- _____ (2001); *Pensamento econômico brasileiro contemporâneo II*. In: *Revista de Estudos Avançados*, nº43, setembro-dezembro de 2001. São Paulo: USP, Instituto de Estudos Avançados.
- VELLOSO, João Paulo Reis (1978); *Os rumos do desenvolvimento no Brasil*. Brasília: Secretaria de Planejamento da Presidência da República.